

O VP ORACIONAL E A GENERALIZAÇÃO DE BURZIO¹

Silvia Helena Lovato do NASCIMENTO (UFSM)²

RESUMO: Este trabalho interpreta a generalização de Burzio (Burzio, 1986) em termos da hipótese do VP oracional proposta por Larson (1988) e assumida por Chomsky (1995). Nosso objetivo é mostrar que a hipótese do VP oracional pode ser adotada sem contrariar a generalização de Burzio se considerarmos que a posição Spec vP é própria para argumentos agentivos, não disponíveis em estruturas inacusativas. Isso quer dizer que o caso acusativo está disponível apenas nas estruturas em que Spec vP é projetada.

ABSTRACT: This paper interprets Burzio generalization (Burzio 1986) in terms of the VP Shell hypothesis proposed in Larson (1988) and assumed by Chomsky (1995). We show that the VP Shell hypothesis can be adopted (as in the Minimalist Program; Chomsky, 1995) following Burzio generalization if we consider that Spec vP position projects only agentive arguments, unavailable in unaccusatives structures. This means that the accusative case is available only for structures in which Spec vP is projected.

1. Introdução

O fenômeno da inacusatividade pode ser identificado informalmente como sendo aquele que se constitui a partir de verbos que selecionam um único argumento: o argumento interno. Como outros fenômenos cuja gênese está nas propriedades lexicais dos itens, se manifesta de modo bastante diferente nas línguas naturais. Tanto isso é assim que, se o consideramos no nível mais geral, o da tipologia lingüística, ele é fundamental para traçar uma distinção entre as línguas chamadas ergativas e as nominativas: o único argumento de um verbo inacusativo vai acabar como o objeto direto (marcado por caso absoluto) nas línguas ergativas, mas como sujeito (marcado pelo caso nominativo) nas línguas nominativas.

Mesmo se o consideramos num nível menos geral, como o que envolve diferenças (paramétricas) entre línguas que, como as românicas, têm estreito parentesco, vemos que ele vai resultar em diferenças marcantes na sintaxe dessas línguas. Comparemos nesse particular o italiano e o português. O fenômeno da inacusatividade permite separar os verbos monoargumentais do italiano em duas classes claramente distintas: os membros de uma classe são os verbos que são selecionados pelo auxiliar *essere* (*ser*) e que toleram uma construção com o clítico *ne* (*deles*); os membros da outra são selecionados pelo auxiliar *avere* (*ter*) e não toleram a construção com o clítico *ne*.

O português, entretanto, parece não dispor de mecanismos tão salientes como os do italiano para separar os verbos monoargumentais em duas classes. A questão que se põe frente a essa situação é decidir se a separação dos verbos monoargumentais em duas classes, que é fundamental para a previsão de como se constróem certas sentenças no italiano, deve ou não ser mantida para o português.

Consideremos a decisão do ponto de vista teórico, que procura pôr o peso da variação lingüística exclusivamente nas diferenças apresentadas pelas categorias funcionais. Uma decisão que separa as duas classes de monoargumentais no português (ao mesmo tempo em que mantém a separação para o italiano e a estende a qualquer língua) é desejável, já que mantém igual uma classificação que é feita para outras línguas e evita construir uma variação em um domínio que não é apropriado para tal, o das categorias lexicais. Do ponto de vista prático, a decisão de separar esses verbos em duas classes se fortalece quando apontamos evidências que podem ser encontradas no português³.

Algumas questões referentes ao fenômeno da inacusatividade podem ser explicadas com mais precisão e clareza se as considerarmos em termos do Programa Minimalista (Chomsky, 1995, por exemplo). O licenciamento do DP que acompanha o verbo inacusativo é uma delas: no modelo de Regência e Ligação (Chomsky, 1981), esse licenciamento se dava em termos da satisfação de algum princípio, como o da Visibilidade, que regulava a atribuição de caso; no Programa Minimalista, ele depende de checagem de

¹ Uma versão preliminar deste trabalho foi publicada na *Revista Expressão*, v. 1, n° 2, do Centro de Artes e Letras da UFSM, em dezembro de 2005.

² silviahn@terra.com.br

³ Algumas dessas evidências já foram apontadas por Nascimento (2002). Duas delas são a formação do participio, que acontece apenas com verbos que toleram um argumento interno; e a formação de nominais em [-or], que não se aplica a verbos intransitivos verdadeiros, ou seja, àqueles que selecionam apenas um argumento externo.

traços. Uma vez que essa checagem só é possível nas relações de concordância ou adjunção, a proposta de que a flexão pode atribuir nominativo à posição pós-verbal deve ser reformulada.

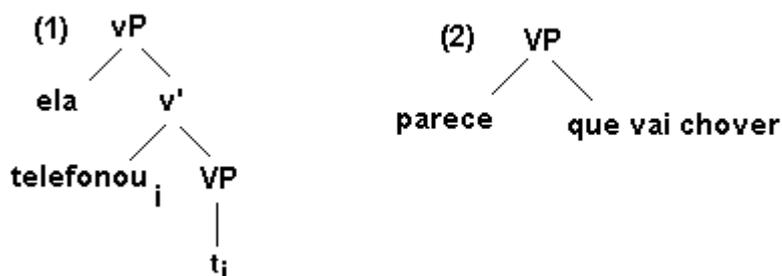
Outra questão interessante que o Programa Minimalista apresenta para o estudo da inacusatividade se refere à estrutura do VP. Chomsky (1995) assume a hipótese do VP oracional de Larson (1988) em que um verbo abstrato (vP) seleciona um verbo lexical (VP). Nessa estrutura, os argumentos internos ocupam as posições de especificador e complemento de V (o verbo lexical) e o argumento externo não pode ser mais baixo que Spec vP, o especificador do verbo abstrato (Chomsky, 1995: 315). Dito de outra forma, os argumentos sem papel temático Agente são projetados como especificador e complemento do verbo lexical; e o argumento com função temática agentiva, se houver, é projetado como especificador do verbo abstrato.

Se assumirmos que o VP se constrói a partir de uma concha, de forma que os constituintes do VP mais baixo se adjungem para formar uma categoria mais alta (e assim sucessivamente), então a pergunta que surge é se essa estrutura se aplica à generalização de Burzio (Burzio, 1986). A generalização estabelece que um verbo só atribui papel temático a seu argumento externo se atribuir caso a seu argumento interno; inversamente, um verbo só atribui caso a seu argumento interno se atribuir papel temático a seu argumento externo.

Para a discussão, começamos por apresentar com mais detalhes a estrutura do VP assumida em Chomsky (1995) (seção 2), em seguida categorizamos os verbos inacusativos do PB quanto a sua estrutura oracional (seção 3), e por fim discutimos essas estruturas frente à generalização de Burzio (seção 4).

2 Estrutura do VP

(1) e (2) mostram a estrutura dos verbos monoargumentais nos moldes da análise do VP oracional



(1) exemplifica a estrutura de um verbo intransitivo em que o argumento agentivo, *ela*, é projetado no especificador do verbo leve, um verbo abstrato, de natureza afixal⁴.

(2) mostra a estrutura de um verbo inacusativo, que projeta apenas o verbo lexical (*parece*), e leva em conta que esses verbos não têm a capacidade de projetar um argumento agentivo no especificador do verbo leve.

Como foi dito na seção anterior, numa estrutura oracional desse tipo, os argumentos internos ocupam as posições de especificador e complemento do verbo lexical, e o argumento externo não pode ser mais baixo que o especificador do verbo leve.

As representações em (1) e (2) captam pelo menos duas restrições que pesam sobre os verbos monoargumentais do PB. A primeira leva em conta que apenas os intransitivos projetam um argumento necessariamente [+agentivo]. A outra restrição considera a categoria do argumento selecionado: o argumento selecionado pelo verbo intransitivo é necessariamente um DP; o argumento selecionado pelo inacusativo não é necessariamente um DP.

A distinção entre inacusativos e intransitivos quanto à categoria do argumento selecionado nos levou a separar os inacusativos em duas classes: a classe dos que selecionam um argumento DP, e a dos que não selecionam um argumento DP. Essas duas classes compõem o grupo dos inacusativos primitivos. Primitivos porque, em contraste com os derivados, não derivam de uma estrutura transitiva.

⁴ É a natureza afixal desse verbo que exige a adjunção do verbo lexical (*telefonou* em (1)) ao núcleo do verbo leve.

3. Tipos de inacusativos

3.1 Inacusativos primitivos

O grupo dos inacusativos primitivos é formado pelos inacusativos que não derivam de uma estrutura transitiva, isto é, pelos verbos que não podem figurar com mais de um argumento DP. Uma distinção marcante entre os verbos desse grupo é a categoria do argumento selecionado, que pode ou não ser um DP.

3.1.1 Inacusativos primitivos que selecionam DP

Uma característica marcante entre os inacusativos que selecionam apenas um argumento DP é a ordem em que os constituintes podem aparecer na sentença:

- (3) a. Há uns prédios bonitos na minha rua
- b. Apareceram umas pessoas estranhas na festa
- c. Floresceram umas azaléias lá em casa

(3a) mostra um verbo existencial; (3b) mostra um apresentativo; (3c), um incoativo. Desses verbos, apenas o existencial cria resistência à anteposição do argumento:

- (4) a. *Uns prédios bonitos há na minha rua
- b. Umas pessoas estranhas apareceram na festa
- c. Umas azaléias floresceram lá em casa

Essa característica nos leva a separar os verbos inacusativos que selecionam DP em duas classes: a dos verbos existenciais e a dos verbos não-existenciais. As sentenças construídas com verbos existenciais caracterizam-se pela função apresentativa, em que o verbo introduz um novo sujeito no discurso (cf. Franchi *et alli*, 1998: 117)). A função apresentativa dessas sentenças deve-se ao fato de que a posição pós-verbal em que se encontra o DP é própria para receber sintagmas focalizados, que carregam informação nova, ou pelo menos parte da informação nova (foco largo, por exemplo)⁵.

3.1.2 Inacusativos primitivos que não selecionam DP

Essa categoria engloba tanto os inacusativos primitivos que podem selecionar um CP, quanto aqueles que selecionam algum outro constituinte complexo, como um infinitivo, particípio ou gerúndio, ou ainda uma SC.

Começando pelos inacusativos primitivos que selecionam CP:

- (5) a. Acontece que o João sumiu
- b. Parece que existem camelos no deserto

o João de (5a) não precisa (e não pode) sair do CP porque todas as suas características sintáticas estão satisfeitas dentro do CP; *camelos* em (7b) também checa seus traços dentro do CP⁶.

Agora, os inacusativos que selecionam um constituinte complexo cujas propriedades diferem das de um CP:

- (6) a. O Pedro deve cantar
- b. O Pedro está cantando
- c. O Pedro tem cantado

- (7) a. O Pedro é feliz
- b. O Pedro está uma fera

⁵ A discussão que deve ser travada quanto aos existenciais é bem mais longa do que essa seção pode comportar. Há que se falar, por exemplo, das estruturas em que o DP aparece antes do existencial, como na resposta para a pergunta *Onde existe o mau olhado?*, que deve ser: *O mau olhado existe na tradição popular*. Uma explicação para essas estruturas pode ser encontrada em Galves (1993).

⁶ Repare que o DP em questão aparece depois do verbo encaixado, *existem*, o que nos permite pensar que esse DP checa partitivo contra o verbo existencial (ver Belletti, 1988).

Em (6) *dever, estar e ter* selecionam um verbo no infinitivo, no particípio e no gerúndio; em (7), *ser e estar* selecionam uma SC.

As sentenças de (6) exemplificam o contexto tradicionalmente conhecido como de apagamento de CP, em que o DP encaixado pode ser alçado para a sentença matriz.

Até aqui, a nossa categorização exemplificou duas classes de inacusativos primitivos: a classe dos que selecionam um argumento DP (os existenciais e os não existenciais), e a dos que selecionam um argumento complexo, como uma SC, um particípio, infinitivo ou gerúndio. Resta exemplificar e discutir o grupo dos inacusativos derivados.

3.2 Inacusativos derivados

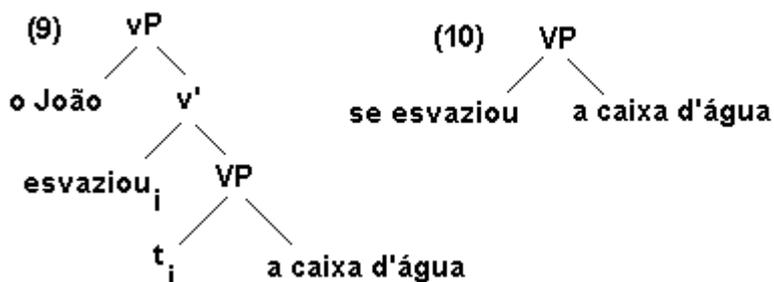
Essa classe engloba os inacusativos que derivam de verbos transitivos por meio da supressão do argumento externo. Quando um verbo biargumental é reduzido a um verbo de um argumento apenas, o resultado do processo pode ser ou um inacusativo ou um intransitivo, dependendo do argumento que é preservado na estrutura. Se o argumento preservado for aquele que detém o papel temático Tema, aquele que é projetado no VP lexical, então o resultado é um verbo inacusativo. Se o argumento preservado não for o Tema, e sim aquele que é projetado no especificador do verbo leve, então estamos às voltas com uma estrutura intransitiva.

3.2.1 Verbos não psicológicos

Da categoria dos verbos não psicológicos fazem parte os verbos que podem se alternar entre uma estrutura tipicamente transitiva e outra, derivada dela, a inacusativa. Burzio (1986: 25) se refere a esses verbos como aqueles que podem sofrer o processo identificado por AVB→BV.

- (8) a. O João esvaziou a caixa d'água
 b. A caixa d'água (se) esvaziou
 c. *O João (se) esvaziou

Em (8), o argumento que se mantém no par BV de (8b), *a caixa d'água*, é o equivalente ao Tema da sentença transitiva AVB de (8a). Repare que esse argumento tem acusativo na sentença AVB (8a), mas não na sentença BV (8b), e a representação desses VPs fica como em (9) e (10):



(9) mostra uma estrutura transitiva, que projeta o verbo leve e o verbo lexical; (10) mostra uma estrutura inacusativa, que projeta apenas o verbo lexical.

(9) e (10) obedecem a hipótese da atribuição temática, a UTAH de Baker (1988): se assumirmos que a estrutura temática e a estrutura sintática dos verbos estão uniformemente correlacionadas, então argumentos que desempenham a mesma função temática com respeito a um dado predicador ocupam a mesma posição. Note que o argumento Tema, *a caixa d'água*, é projetado como complemento do verbo lexical, tanto em (9) quanto em (10).

A restrição que pesa sobre as sentenças monoargumentais em (8b, c) pode ser explicada também em termos da UTAH. Considere que os verbos inacusativos projetam uma estrutura simples para o VP, e o especificador de VP não é uma posição própria para receber argumentos causativos ou agentivos, como *o João* de (8c)

3.2.2 Verbos psicológicos

Esses verbos apresentam uma grade temática relativamente invariável que pode envolver um DP com papel temático Experienciador (E) e outro com função temática Tema (T); ou apenas um dos dois. Começemos com uma estrutura de dois argumentos:

- (11) a. A chuva assusta a Maria
b. A Maria teme a chuva

O que chama atenção nas sentenças biargumentais com verbos como *assustar* é que os DPs são projetados de uma forma que contraria a hierarquia dos argumentos que podem ocupar a posição sujeito: o argumento mais proeminente em (11a) é *a Maria* (o Experienciador), e não *a chuva* (o Tema); contudo, é *a chuva* que vai aparecer antes do verbo, promovido para Spec AgrP.

Belletti & Rizzi (1988) propõem que os verbos que podem ser antecidos por T, como *assustar* em (11a), têm estrutura inacusativa, e os verbos que não podem ser antecidos por T, como *temer* em (11b), têm estrutura transitiva. Essa proposta se adapta à hipótese do VP oracional e permite que a estrutura inacusativa de (11a) seja representada como mostra (12):



(12) indica que, apesar de selecionar dois argumentos DPs, verbos como *assustar* são inacusativos pois não projetam o verbo leve, apenas o verbo lexical, de modo que o argumento E, *a Maria*, é projetado na posição de complemento de VP; e o argumento T, *a chuva*, no especificador de VP⁷.

Os verbos do tipo de (11) apresentam mais uma característica marcante que aparece quando consideramos sentenças monoargumentais:

- (13) a. A Maria se assusta
b. *A chuva (se) teme

O que se vê agora é que o argumento projetado como complemento do verbo lexical pode aparecer sozinho numa estrutura inacusativa como a de (13a), mas não em uma estrutura como a de (13b), com um verbo como *temer*. Isso parece mostrar que, de fato, estamos às voltas com duas estruturas distintas, uma inacusativa (a de *assustar* em 11a e em 13a) e outra tipicamente transitiva (a de *temer* em (11b)).

4. Os verbos inacusativos e a generalização de Burzio

A primeira versão da Hipótese Inacusativa foi proposta por Perlmutter (1978), que, no quadro da Gramática Relacional, observou a existência de estruturas intransitivas cujo argumento único era um Objeto direto (e não um Sujeito) incapaz de receber acusativo por uma idiosincrasia do verbo. Nessas estruturas, os DPs Sujeitos teriam sofrido uma regra de rebaixamento que os tornava Objeto das sentenças.

Burzio reinterpretou a Hipótese Inacusativa de Perlmutter no quadro da Gramática Gerativa (Chomsky, 1981), e a batizou de Hipótese Ergativa. O autor observou que as diferenças estruturais presentes na classe dos verbos intransitivos permitiam-lhe postular a Generalização de Burzio (GB).

Pela GB, um verbo só atribui papel temático a seu argumento externo se atribuir caso a seu argumento interno. Inversamente, um verbo só atribui caso a seu argumento interno se atribuir papel temático a seu argumento externo. Uma vez que os verbos inacusativos apresentam a posição Sujeito detematizada (vazia), não têm a capacidade de atribuir caso a seu argumento interno.

A questão que se coloca frente à aplicação da GB à hipótese do VP oracional leva em conta a projeção da posição de especificador do verbo lexical em estruturas inacusativas em que o verbo seleciona dois argumentos, como as de (12). Frente a essas estruturas, é possível reinterpretar a GB da seguinte maneira:

⁷ A estrutura do VP transitivo em (11b), *temer*, é a mesma mostrada em (9) para *esvaziar*.

(14) um verbo só projeta a posição Spec vP se atribuir (ou checar) caso ao seu argumento interno; inversamente, um verbo só atribui (ou checa) caso ao seu argumento interno se projetar a posição Spec vP.

Em estruturas inacusativas em que o verbo seleciona dois argumentos, como as de (12), a posição Spec vP não é projetada (não há argumento Agente que possa ocupar essa posição), então o acusativo não está disponível para o DP projetado como complemento de VP. Em sentenças transitivas como as de (11b), a posição Spec vP é projetada (como mostra a representação em (9)) e o acusativo está disponível para o DP que figura como complemento do verbo lexical⁸.

Uma diferença estrutural marcante que essa análise está mostrando entre inacusativos de um lado e intransitivos e transitivos de outro fica por conta da projeção do verbo leve. Em estruturas inacusativas, não há projeção do verbo leve, mesmo quando o verbo seleciona dois argumentos. Em estruturas intransitivas e transitivas, o verbo leve é sempre projetado, pois argumentos agentivos não podem ocupar uma posição mais baixa que Spec vP.

5. Considerações finais

O objetivo deste texto foi testar a GB frente à hipótese do VP oracional, assumida no Programa Minimalista. Para isso, mostramos primeiramente que os verbos inacusativos podem ser divididos em duas grandes classes: a dos inacusativos primitivos e dos inacusativos derivados. Da primeira classe fazem parte os inacusativos que, contrastados com os da segunda classe, não derivam de estruturas transitivas. Em seguida, mostramos a representação dos inacusativos analisados em termos da hipótese do VP oracional.

Na seção final, propusemos a releitura da GB considerando a projeção da posição Spec vP. A proposta leva em conta que a posição Spec vP é própria para receber argumentos agentivos, ausentes em estruturas inacusativas, mesmo nas de dois argumentos. Dessa forma, o acusativo está disponível em estruturas que projetam Spec vP, mas não está disponível em estruturas que não projetam essa posição. Essa proposta permite que adotemos a hipótese do VP oracional sem contrariar a GB.

6. Referências bibliográficas

BAKER, M. (1988) *Incorporation: a theory of grammatical function changing*. Chicago: University of Chicago Press.

BELLETTI, A. (1988) "The Case of Unaccusatives". *Linguistic Inquiry*, 19 (1): 1-34.

BELLETTI, A & RIZZI, L. (1988) "Psych-verbs and θ Theory." *Natural Language and Linguistic Theory*, 6: 291-352. Kluwer Academic Publishers.

BURZIO, L. (1986) *Italian Syntax*. Dordrecht: Reidel.

CHOMSKY, N. (1981) *Lecturs on Government and Binding*. Dordrecht: Foris.

_____ (1995) *The Minimalist Program*. Cambridge, Mass.: MIT Press.

FRANCHI, C., NEGRÃO, E.V., VIOTTI, E. (1988) "Sobre a Gramática das Orações Impessoais com Ter/Haver." *D.E.L.T.A.* 14: 105-131.

GALVES, C. (1993) "O Enfraquecimento da Concordância no Português Brasileiro." *Português Brasileiro. Uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp.

LARSON, R.K.. (1988) "On the Double Object Construction." *Linguistic Inquiry*, 19 (3): 335-391.

⁸ Os verbos que compõem a classe dos inacusativos primitivos projetam o argumento único na posição de complemento do verbo lexical. Uma vez que a posição Spec vP não é projetada, o acusativo não está disponível na estrutura.

NASCIMENTO, S.H.L. (2002) “Aspectos da Inacusatividade do PB.” *Revista Expressão* 6: 90- 96. Santa Maria: Editora da UFSM.

PERLMUTTER, D (1978) “Impersonal Passives and the Unnacusative Hypothesis”. *Proceedings of the Berkeley Linguistics Society* 4.